

O Jornal Valor Econômico publicou na edição desta segunda-feira, 31 de janeiro, um suplemento especial sobre open insurance. O projeto do open insurance, informa a matéria “Novo ecossistema”, traz a premissa de que os consumidores são os detentores de seus dados e, a partir de seu consentimento, poderão compartilhá-los com outras empresas, em busca de apólices e coberturas customizadas e preços mais atrativos. Entretanto, de acordo com o Presidente da CNseg, Marcio Coriolano, ouvido na matéria, embora o ecossistema tenha o potencial de se tornar um marco de desenvolvimento do setor, a implementação exige cautela. “Há preocupações em relação a prazos de entrega, o real retorno sobre o investimento e a falta de um estudo de impacto regulatório”, afirmou.

As ponderações do Presidente da CNseg sobre o ecossistema são mais detalhadas em outra matéria do especial do Valor, intitulada “Velocidade de adesão do consumidor é uma incógnita”, em que Marcio Coriolano afirma que a preocupação em relação ao retorno do investimento recai, tanto em relação à tecnologia, quanto em relação aos recursos humanos, e que “os benefícios como aumento da competição e da base de clientes ainda não estão comprovados”. Já em relação a prazos de entrega, citada na matéria anterior, ele afirma que o prazo concedido para o desenvolvimento de “entregáveis”, como as APIs, foi “exíguo”.

Também ouvido na matéria, o Diretor-Executivo da CNseg, Alexandre Leal, afirmou que o compartilhamento das informações de seguros auto, residencial e de pessoas, iniciada em 15 de dezembro de 2021, já seria um excelente “laboratório” para medir a adesão do público ao open insurance. Um ponto de atenção para Confederação Nacional das Seguradoras se relaciona ao escopo de produtos do open insurance, pois seguros como o aeronáutico e o de grandes riscos, por exemplo, são, na maioria das vezes, desenhados em conjunto pela seguradora, segurado e resseguradora, com características que podem não ser aderentes ao sistema de compartilhamento de dados. Na opinião de Alexandre Leal, “o ideal seria testar como esse novo ambiente de dados abertos será percebido pelos clientes com esses produtos (auto, residencial e de pessoas) e deixar os ramos mais complexos para um segundo momento”.

A Sociedade Iniciadora de Serviços de Seguros (SISS), prevista no projeto do open insurance, também é vista com cuidado pelo mercado segurador, como informa a matéria “Atuação das SISS gera controvérsia”. SISS, diz o texto do jornal, são empresas de tecnologia que atuarão no ecossistema, na busca de informações analisadas para dizer ao cliente, de acordo com o seu perfil, o seguro mais recomendado. Com a autorização do cliente, poderão, então, contratar o seguro e realizar endossos e avisos de sinistro em seu nome.

Para Marcio Coriolano, o SISS gera um desequilíbrio concorrencial em relação aos corretores, pois, de acordo com a regulamentação da Susep, as atuais 26 iniciadoras de pagamentos registradas no Banco Central, para atuarem no open banking, podem ser SISS, enquanto os corretores, caso queiram atuar como tal, precisarão abrir uma S.A. com capital mínimo de R\$ 1 milhão. “Falta compreensão ao setor sobre o papel do corretor de seguros nesse novo ambiente. Mesmo que seja realizada parceria dos corretores com as SISS, não é permitido o compartilhamento de dados pessoais dos clientes no ambiente do open insurance com os corretores. É preciso resolver isso para que o mercado aberto não vire uma colcha de retalhos”, complementou Alexandre Leal.

Apesar das preocupações manifestadas em relação aos corretores, a matéria “Tecnologia favorece a formação profissional” afirma que a profissão segue em alta, informando que em 2018 eram 94 mil os corretores registrados em todo o Brasil e, atualmente, já são mais de 110 mil. Tal crescimento acompanha o aumento da venda de seguros que, de acordo com dados fornecidos pela CNseg ao jornal, em 2021, foi 12% maior que em 2020.

A versão online do especial traz ainda a matéria “Consumidor ainda reluta em compartilhar dados pessoais”, informando que, com base em dados da consultoria Bain&Company, no primeiro trimestre de 2021, 59% dos consumidores ainda não estavam dispostos a compartilhar seus dados em troca de benefícios como ofertas exclusivas ou condições diferenciadas.

A respeito do receio dos consumidores em relação à segurança do manuseio de seus dados, a Superintendente Jurídica da CNseg, Glauce Carvalhal, afirmou que o setor segurador é extremamente regulado e a maior insegurança deve vir das SISS. Disse ainda que as SISS serão criadas fora do guarda-chuva do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e do regulador (Susep), que publicou circular com estratégias, políticas e padrões voltados à segurança cibernética.

O especial do Valor Econômico sobre open insurance contou também com um anúncio de meia página da CNseg, que pode ser conferido abaixo.

Uma força-tarefa que une representantes das seguradoras em atuação no País e a Confederação Nacional das Seguradoras - CNseg começa a materializar o

Open Insurance

(ou Sistema de Seguros Aberto) no Brasil.

Tendo como ambiente as transações eletrônicas, os objetivos declarados desse sistema, estabelecido pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (Susep), são promover ainda mais competição, eficiência e segurança nas operações com clientes.

Entre as soluções que serão desenvolvidas pelo Open Insurance – mediante o acesso padronizado a dados de **segurados que queiram compartilhar** as informações de seus contratos entre as empresas do setor segurador –, figuram instrumentos para comparar coberturas, serviços e preços; aplicativos para planejamento securitário e transações diretas online.

A tarefa de construção da estrutura de governança do Sistema de Seguros Aberto tem demandado significativo esforço e dedicação de todas as empresas do setor segurador.

- A começar pela contratação de consultoria externa para auxiliar na gestão de todas as fases, processos e providências relativas às responsabilidades da governança.
- Criação de vários **Grupos de Trabalho (GTs)** de especialistas das empresas e da CNseg em cada atividade concreta do Open Insurance e de um **Colégio de Líderes** dessa estrutura para consolidar as providências, medir os seus impactos e necessidades de reformulação e propor melhorias.
- Funcionamento de uma **Secretaria da Governança**, que, suportada pelos GTs, Colégio de Líderes e consultoria, responde pelo dia a dia da atividade de implementação.

Números que demonstram o tamanho do desafio:

- + de 4 mil horas** de serviços internos das empresas e de consultoria*
- + de 50** estudos, pareceres e notas técnicas*
- + de 300 profissionais** dedicados das empresas*
- 13** Grupos de Trabalho*
- 75** reuniões realizadas
- Investimento inicial de **R\$25 milhões**

*de julho a dezembro/2021

O Sistema de Seguros Aberto está sendo construído para suportar um extraordinário volume de dados, visando criar um ambiente ágil e seguro para o compartilhamento de dados do cliente, devendo cumprir dispositivos expressos na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

Saiba mais em opinbrasil.com.br


Confederação Nacional das Seguradoras



/CNseg



@CNseg_oficial



Canal CNseg



CNseg



RádioCNseg

cnseg.org.br

Fonte: CNseg, em 31.01.2022